

Ata de Reunião - 16ª RE

Data: 19/10/2017 Aprovada em: 07/12/2017
Início: 14h30min Fim: 18h30min
Local: Sala de Reuniões da SMDU

1

Conselheiros presentes

	Instituição	Representantes
01	Diretoria de Meio Ambiente - Presidente	Jussara Rodrigues Carvalho Viana
02	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente	Eliane Campezzato Raabe Isabella de Castro Carvalho
03	Secretaria Municipal de Educação	Márcia Cristina Mangerotti
04	Secretaria Municipal de Saúde	Ausente
05	Secretaria Municipal de Bem Estar Social	Arnaldo Frederico Carvalho Marchesotti
06	Câmara Municipal	Ausente
07	Sindicato Rural	Acácio de Paula Filho
08	Associação dos Engenheiros e Arquitetos da Região de Lagoa Santa - AREA	Márcia Pinto Moura
09	Associação Comercial, Industrial, Agronegócios e de Serviços de Lagoa Santa – ACE/LS	Carlos Alberto Corrêa de Mello
10	Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa – AMAR	Carlos von Sperling Gieseke Érika Suzanna Bányai
11	Instituto Carbono	Luiz Alberto da Silva Moreira

2

Falta justificada	Justificativa
----	-----

3

	Instituição	Demais presentes
1	SMDU - Diretoria de Meio Ambiente	Francisco de Oliveira Assis
2	Empresa Geoline Engenharia	Thaís Vaz Silva
3	Empresa Geoline Engenharia	Marcos de Freitas Vaz
4	MRV Engenharia	Luana Fonseca Siman
5	MRV Engenharia	Ana Paula Miranda Xavier
6	Partners Participações	Pedro Lucas Dolabella Lacerda Campos
7	MRV Engenharia /Biosfera Consultoria Ambiental	Juno Assis Morais
8	Refúgio Engenharia Ambiental	Frederico Viana

4

5 Pauta Preliminar

6 **Local:** Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU

7 **Endereço:** Rua Barão do Rio Branco, nº 44 - Salas 201/202 - Bairro Centro.

8 **1 – 14:30h – 14:35h – Abertura.**

9 **2 – 14:35h – 14:50h – PARQUE LAGOA DO OURO INCORPORAÇÕES SPE LTDA – Processo**
10 **Administrativo nº 1175/2017 – Laudo Técnico 10/2017.**

11 **3 – 14:50h – 15:20h – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA (Via de ligação) – Processo**
12 **Administrativo 6612/2017 – Laudo Técnico 55/2017.**

13 **4 – 15:20h – 15:30h – Assuntos gerais: palavra livre.**

14 **5 – 15:30h – Encerramento.**

15

16 **ATA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO**
17 **AMBIENTAL DE LAGOA SANTA - CODEMA**
18 **REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2017**
19 **Aprovada em 07/12/2017**
20

21 Dando início à reunião, Jussara Viana agradeceu a presença de todos, passando à análise do Item 2
22 - PARQUE LAGOA DO OURO INCORPORAÇÕES SPE LTDA – Processo Administrativo nº
23 1175/2017 – Laudo Técnico 10/2017; disse que a Conselheira Márcia Moura havia solicitado vistas ao
24 processo para analisar a possibilidade de preservação de espécies, principalmente na área de
25 estacionamento e vias internas do empreendimento; que se aprovado, o Conselho deverá determinar
26 a medida compensatória, que inclusive, conforme conversado na reunião anterior, havia ficado
27 definido que o Conselho e a Diretoria de Meio Ambiente apresentariam ao empreendedor a proposta
28 de elaboração de diagnóstico para recuperação da Lagoa Francisco Pereira; que recebeu abaixo
29 assinado dos moradores solicitando as intervenções; que este diagnóstico completo (com custos,
30 cronograma...) será importante para captação de recursos; Luiz Moreira perguntou qual era a
31 distância desse empreendimento do local que se pretende destinar a medida compensatória, sendo
32 falado por Márcia Moura que apesar de distante, esta é uma questão de urgência, necessidade e
33 oportunidade. Luiz Moreira solicitou que no quantitativo de doação de mudas (440), seja determinado:
34 48 mudas de cada uma das espécies: capitão do campo, barbatimão, aroeira mansa, jatobá do
35 cerrado, araticum, palmeira macaúba e pau terra, além disso 48 mudas de espécies da família
36 Combretaceae e 48 mudas de espécies da família Anacardiaceae (porém, este quantitativo deverá
37 ser reduzido, uma vez que a autorização será para um quantitativo menor); que se tiverem dificuldade
38 de encontrar alguma espécie deverão justificar para o Conselho. Érika Bányai propôs que neste
39 quantitativo espécies de Licuri, que não possui espinhos e se colocado próximo às nascentes servirá
40 de alimento para a fauna. Luiz Moreira propõe o diagnóstico para a lagoa, mas que não abria mão de
41 um programa de educação ambiental, sendo que este último poderia abrigar o diagnóstico. Jussara
42 Viana falou que a comunidade do Bairro Francisco Pereira está ansiosa com ações concretas para a
43 Lagoa; Érika falou sobre a ansiedade da população no caso de ações emergenciais, dando como
44 exemplo o caso do diagnóstico da Lagoa de Lapinha; tratava-se de edital da Peixe Vivo, para
45 contemplar projetos com custos de até R\$ 750.000,00 voltado para lagoas cársticas; que fizeram um
46 acordo de que seria enviada proposta para diagnóstico para a Lagoa da Lapinha por intermédio da
47 AMAR (Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa); que os
48 moradores acreditaram que as ações já seriam implementadas, mas que existe um processo de
49 pesquisas e estudos que devem anteceder as ações para não trazer mais prejuízos para o curso
50 d'água; que na última reunião do Conselho do Parque do Sumidouro, Procópio de Castro falou que
51 esta proposta seria contemplada e que já se encontrava em fase de licitação para as empresas
52 especializadas interessadas em participar do processo; que para a Lagoa do Fluminense em
53 Mocamboiro, o diagnóstico já estava sendo realizado. Jussara Viana solicitou a Érika Bányai trazer a

54 informação de quando o diagnóstico ficar pronto, pois o Município poderia tentar viabilizar algum
55 recurso para a sua realização; falou ainda que o FHIDRO tem muitos recursos que podem ser
56 aplicados, mas é necessário ter projeto para pleitear os mesmos. Carlos Sperling disse que sobre a
57 situação da Lagoa do Francisco Pereira, que o morador Ewerton Pimentel havia dado entrada com
58 pedido de ação emergencial junto à Promotoria de Justiça, sendo informado por Jussara Viana que
59 no dia anterior havia conversado com a Promotora Dra. Mirella Giovanetti Vieira e falado com a
60 mesma que colocaria em votação no Conselho de Meio Ambiente esta proposta de medida
61 compensatória pela supressão de árvores de um outro empreendimento; perguntou aos presentes se
62 alguém ainda tinha dúvidas a respeito do processo; Carlos Mello disse ter dúvidas sobre o projeto e
63 as árvores que seriam suprimidas; que da última vez que a Empresa MRV Engenharia aprovou
64 projeto no Município e a solicitação de supressão de árvores foi objeto de deliberação do CODEMA,
65 havia ficado acertado que na medida do possível, a empresa tentaria dar preferência de compra no
66 Município para prestigiar o comércio local e mesmo apresentando preços inferiores ao de
67 comerciantes de fora, a empresa não cumpriu com este acordo; que queria pedir vistas para solicitar
68 a medida compensatória; Isabella Carvalho disse que na reunião anterior havia ficado combinado que
69 a medida compensatória a ser requerida para este processo seria o diagnóstico para a Lagoa
70 Francisco Pereira. Luiz Moreira pede para constar algumas condicionantes (procedimentos); que nas
71 prerrogativas de construção verde versa-se sobre a utilização de recursos e mão-de-obra da região;
72 se haveria possibilidade de cobrar isso mais enfaticamente para que a empresa não deixe de levar
73 em conta esta sugestão. Jussara Viana disse que o CODEMA poderia sugerir aos representantes da
74 empresa, quando possível, dar preferência ao comércio local. Carlos Sperling disse que a dificuldade
75 que via neste processo quanto à possível solicitação de nova vista é que nos demais Conselhos que
76 participa, pedidos de vista somente podem ser solicitados uma única vez e todos os Conselheiros
77 precisam verificar em conjunto; que não sabia se no CODEMA havia esta limitação e que neste caso
78 específico a Conselheira Márcia Moura havia solicitado o pedido de vistas e todos tiveram a
79 oportunidade de analisar; perguntou a Jussara Viana se o seu relato se aplicava ao CODEMA.
80 Jussara Viana disse que acredita não constar esta questão referente a vistas de processos no
81 Regimento Interno; perguntou ainda a Eliane Raabe que disse não ser razoável ter mais de um
82 pedido de vistas. Márcia Moura disse que poderiam tentar amarrar este compromisso com os
83 representantes da empresa, sendo reforçado por Jussara Viana que poderia solicitar isso na reunião,
84 para inclusive constar em ata. Márcia Moura disse que sua proposta é de liberação parcial e que a
85 empresa poderá necessitar suprimir mais árvores e no momento desta nova solicitação poderão
86 cobrar da empresa se eles estavam observando o pedido do CODEMA. Passaram a compor a
87 reunião, os representantes da Empresa MRV Engenharia, Geoline, Biosfera e Refúgio Ambiental:
88 Thaís Vaz Silva, Ana Paula Miranda Xavier, Pedro Lucas Dolabella Lacerda Campos, Luana Fonseca
89 Siman, Marcos de Freitas Vaz, Juno Assis Morais e Frederico Viana. Jussara Viana falou que os
90 membros já haviam feito uma prévia em relação ao que poderia ser preservado e que havia ficado

91 algumas dúvidas que careciam de esclarecimentos (árvores entre blocos, árvores fora da propriedade
92 do requerente, árvores em taludes); Márcia Moura propõe que todas as árvores localizadas em área
93 verde e área permeável, a princípio sejam preservadas até a execução da terraplanagem, avaliando
94 posteriormente a real necessidade das demais; ficou definido pelos membros que neste primeiro
95 momento todas as árvores da área permeável deveriam ser preservadas e avaliadas posteriormente
96 se houvesse necessidade; Francisco Assis vai numerar todas as árvores que deverão ficar
97 preservadas; caso durante a execução das obras se verifique a necessidade de supressão, a
98 empresa deveria entrar com nova solicitação; em relação às mudas que deveriam ser doadas e
99 relacionadas no laudo, Jussara Viana disse que de acordo com a relação que o Francisco Assis irá
100 levantar, o quantitativo seria alterado; o pedido foi colocado em votação, ficando o mesmo Aprovado,
101 sem nenhuma abstenção ou voto contrário. Sr. Carlos Mello falou sobre a autorização anterior em
102 que havia sido feito compromisso da empresa cotar as compras no mercado local e dar preferência
103 caso os preços fossem mais vantajosos e que naquela oportunidade mesmo o concreto sendo mais
104 barato, que a empresa não adquiriu o produto no comércio local e nenhum retorno foi dado; Márcia
105 Moura falou que a empresa poderia também abrir sua lista de vagas para os profissionais locais; que
106 nenhum dos membros tem nenhuma empresa para ser beneficiada, mas olhavam o benefício da
107 comunidade. Ana Xavier disse que deixaria seu contato para aprimorar esta questão, pois as
108 compras se dão em outro setor da MRV e que ela poderia fazer esta ponte na empresa; Jussara
109 pediu que Ana Xavier agendasse uma reunião com o responsável pelo Setor de Suprimentos e
110 Carlos Mello, mandando a data de reunião inclusive por email para todos os membros. Carlos Mello
111 ressaltou que não estava solicitando nada pessoal, mas sim em nome da Associação Comercial, pois
112 isso gera inclusive mais empregos na cidade. Carlos Sperling ressaltou ainda que nas próprias
113 diretrizes do programa MCMV (Minha Casa Minha Vida) há a obrigatoriedade de preferência de
114 compra no comércio local. Sobre a compensação ambiental, Jussara Viana disse que a proposta do
115 Conselho seria a realização de um diagnóstico para recuperação da Lagoa do Bairro Francisco
116 Pereira, diagnóstico este que poderia subsidiar a captação de recursos e que inclusive havia recebido
117 correspondência do Ministério Público com assinaturas de moradores do Bairro solicitando tomada de
118 medidas urgentes. Ana Xavier disse que a MRV Engenharia também tinha trazido uma proposta de
119 compensatória e que este se baseava em um plano de comunicação social; que havia convidado
120 Frederico Viana, da Empresa Refúgio Ambiental para apresentar em linhas gerais como este poderia
121 ser desenvolvido caso aceito pelos Conselheiros; este último realizou uma breve explanação dizendo
122 se tratar de uma proposta de educação ambiental diferenciada do que habitualmente é realizado
123 utilizando cartilhas e oficinas e que isto é uma ação pontual, pois quando as oficinas e cartilhas
124 terminam, não traz mais benefícios; que a proposta seria uma atualização dos professores da rede
125 municipal, tanto de conceitos quanto da didática, em uma forma de modelo que pode ser replicado;
126 se colocou à disposição para esclarecer as dúvidas. Carlos Sperling perguntou se esta era a única
127 proposta da empresa, sendo respondido por Ana Xavier que sim. Ana Xavier disse que o custo do

128 diagnóstico em relação ao custo de cada árvore e a compensação de plantio, ficaria muito acima do
129 que já pagaram em outros processos. Luiz Moreira disse que Lagoa Santa e qualquer região precisa
130 de programas de educação ambiental abrangentes; que dentro da ISO 14001, o Conselho estava
131 dando a oportunidade de que a empresa participasse fazendo este diagnóstico para a lagoa; que esta
132 Gestão do CODEMA trabalha de forma diferente, onde os projetos precisam atender aos conceitos
133 modernos internacionais. Jussara Viana colocou em votação a proposta do Conselho e da Diretoria
134 de Meio Ambiente, de elaboração de um diagnóstico para o desassoreamento e revitalização da
135 Lagoa Francisco Pereira e a proposta da Empresa MRV Engenharia, de educação ambiental com os
136 professores da rede pública. Todos os membros votaram a favor do diagnóstico para a lagoa,
137 devendo esta compensatória constar da autorização, sendo o prazo estipulado de 90 (noventa) dias
138 para a entrega; caso fosse necessário um prazo maior, esta solicitação deveria ser encaminhada com
139 antecedência e justificativa para aprovação pelo Conselho. Passou-se à discussão do Item 3, da
140 Pauta de Reuniões: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA (Via de ligação) – Processo
141 Administrativo 6612/2017 – Laudo Técnico 55/2017. Jussara Viana disse que Carlos Sperling havia
142 pedido vistas a este processo e que todas as considerações já haviam sido repassadas para a
143 empresa que possui Termo de Compromisso com o Município para executar os projetos e a
144 implantação da via de ligação; que a empresa enviou documentos como a manifestação do IPHAN,
145 Projeto de Drenagem na íntegra (já com alteração solicitada pela Secretaria de Desenvolvimento
146 Urbano); que a proposta seria a aprovação dos trechos 1, 3 e 5; que o laudo seria colocado em
147 votação. Érika Bányai disse que por mais que conheça a cidade, ainda encontra dificuldade de
148 entender a localização de alguns empreendimentos, pedindo que junto aos processos sejam
149 encaminhados mapas; Jussara disse que esta via já havia sido objeto de análise pelo Conselho e que
150 a autorização contemplava todo o trecho da via e que por não ter sido implantado e a autorização
151 estar vencida era objeto de nova apreciação pelo Conselho; que a implantação da mesma é uma
152 medida compensatória dos empreendimentos da MRV Engenharia que ficou responsável pela
153 elaboração dos projetos/execução e a Prefeitura ficou encarregada de obter as licenças necessárias.
154 Carlos Sperling disse ser necessário o estaqueamento da via, sendo explicado por Jussara Viana não
155 ser possível ainda porque existem imóveis que ainda estão em ação de desapropriação. Carlos
156 Sperling continuou dizendo que tinha intenção de ajudar a agilizar o máximo possível a análise do
157 pedido (vista), inclusive aceitando uma reunião extraordinária para tratar do assunto e olhar no
158 ICMBio o andamento, tendo como esclarecimento deste órgão que toda a responsabilidade pelos
159 licenciamentos cabia à Prefeitura; que o estaqueamento ajudaria a comparar o projeto de drenagem
160 proposto com o que visualiza/identifica no local; que havia sido dito anteriormente que não haveria
161 nenhuma intervenção na APA e que pelo projeto está prevista uma caixa de amortecimento, sendo
162 cobrado pelo ICMBio o projeto de drenagem para análise. Marcos Vaz da Empresa Geoline sugere
163 local os elementos de drenagem, o que evitaria o estaqueamento de toda a via, ficando inclusive
164 mais fácil a conferência; que poderia marcar um dia para irem *in loco* para lançar os pontos com

165 GPS; Carlos Sperling pediu que o estaqueamento fosse lançado no projeto; que não havia ficado
166 claro no processo, no curso do licenciamento do Parque dos Cristais e dos Diamantes, que o Trecho
167 1, apresentou os estudos arqueológicos e ambientais, sendo explicado por Jussara Viana que por
168 estar fora da APA, não era necessário, mas que fizeram consulta e possuíam anuência. Carlos
169 Sperling disse que estes estudos não são restritos a sua localização, mas precisam ter visão da área
170 de influência direta e indireta; que no processo havia um parecer de Rosângela Albano dizendo sobre
171 o potencial arqueológico da região. Ana Xavier disse que do Parque Lagoa dos Diamantes já
172 enviaram a anuência do órgão, mas que em relação à via, a solicitação deste documento de anuência
173 do IPHAN era de responsabilidade da Prefeitura. Carlos Sperling pediu esclarecimento acerca da
174 ciclovia, que tinha a impressão que em parte da via a mesma seria central, mas que em outros pontos
175 isso não ficava claro, sendo informado por Pedro Campos que também seria central, já que o projeto
176 tinha um único padrão de via. Jussara Viana disse que em termos de projeto este já estava aprovado
177 que cabia ao Conselho propor medidas para melhoria e adequação. Carlos Sperling perguntou se
178 havia possibilidade de reverem a locação da ciclovia no centro, passando para os bordos, o que traria
179 mais segurança para todos (ciclistas e motoristas), corrigindo o projeto. Pedro Campos disse que a
180 elaboração do projeto seguiu todas as diretrizes do Município à época. Luiz Moreira disse que entedia
181 que haviam executado de acordo com as orientações da Prefeitura, perguntado se haveria
182 possibilidade de adequação. Ana Xavier disse que poderia, desde que fosse enviada a solicitação
183 pela SMDU. Jussara Viana disse que como o projeto já estava aprovado, que deveria voltar para
184 análise da Prefeitura e que o CODEMA deveria fazer sugestões. Carlos Sperling disse que a locação
185 dos elementos de drenagem já adiantaria a análise no ICMBio, pois com certeza esta seria uma
186 solicitação do órgão e que não estavam localizando o pedido. Jussara Viana disse que o pedido
187 ainda não havia sido protocolado, pois sem a anuência do IPHAN, o ICMBio não emitiria a
188 Autorização Direta e que precisaria fazer uma licitação para contratar os estudos para aprovar junto
189 ao IPHAN, o que será um pouco mais demorado. Pedro Campos disse ainda que os relatórios
190 prováveis que o ICMBio irá solicitar já estão sendo elaborados, para em seguida protocolarem o
191 processo. Márcia Moura disse que havia ficado com dúvida se estavam deliberando o corte de
192 árvores em áreas ainda não desapropriadas, sendo explicado que todos que ainda não foram
193 desapropriados estão em processo final de acordo. Carlos Sperling perguntou o prazo para início das
194 obras quando todas as licenças forem concedidas, sendo explicado por Ana Xavier que com as
195 licenças na mão as obras serão iniciadas imediatamente, pois a empresa já está inclusive contratada.
196 Carlos Sperling adiantou ainda que no projeto de drenagem, sendo executável ou não, previsto ou
197 não, deveria ser observada toda saída de bueiro, não só os 10 metros expressos, mas levando em
198 conta as declividades e implantação de caixas de decantação. Pedro Campos disse ser necessário
199 entrar em entendimento com a SMDU, que se estivessem dentro de um padrão técnico, razoável, não
200 via nenhum impedimento para adequação. Carlos Sperling disse que todas as solicitações realizadas
201 foram atendidas, mas que não havia conseguido analisar todas, pois algumas havia recebido na

202 presente data e que somente poderia votar após analisar todos, ou se fosse votado se abstinha.
203 Jussara Viana disse que poderiam conciliar a liberação das autorizações condicionadas à aprovação
204 do projeto de drenagem. Foi colocado em votação duas opções sendo estas: primeira votação -
205 Trecho 1 e 3: Aprovado - 06 votos favoráveis e 02 abstenções (AMAR e Instituto Carbono); segunda
206 votação Trecho 5, supressão da vegetação condicionada à aprovação prévia do projeto de drenagem:
207 Aprovado - 05 votos favoráveis e 03 contrários (AMAR, ACIAS e Instituto Carbono). Márcia Moura
208 pediu que na autorização é essencial a cobrança de caixas de decantação. Jussara Viana pediu a
209 participação do Conselheiro Carlos Sperling na análise dos estaqueamentos e do projeto de
210 drenagem, enquanto a Diretoria de Meio Ambiente elaborava a autorização. Nada mais havendo a
211 tratar, encerrou-se a reunião às 17h30min.

212
213 Seguem-se os encaminhamentos:

214
215
216 **ENCAMINHAMENTOS DESSA REUNIÃO:**
217

O quê?	Quem se responsabiliza?	Prazo
Análise do projeto de drenagem a ser apresentado pela MRV Engenharia, bem como a locação dos elementos de drenagem e estaqueamento da via.	Técnicos da SMDU, DMA - Jussara Viana e Carlos Sperling	Quando for apresentado pela empresa

218